

Lewandowski deve deixar da Justiça nesta sexta-feira

Ao menos 20 ministros devem deixar o governo até abril para as eleições

Por Gabriela Gallo

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, deve deixar o Ministério ainda nesta semana, inaugurando a debandada que deve levar à substituição de pelo menos 20 ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A expectativa é que ele seja exonerado do cargo nesta sexta-feira (9), após participar da cerimônia em memória aos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, agendada para as 10h desta quinta-feira (8) no Palácio do Planalto.

Nos bastidores, a expectativa é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divida a pasta, separando-a em Ministério da Justiça e Ministério da Segurança Pública. Caso a separação venha a ocorrer, um dos nomes cotados para assumir o comando da Segurança Pública é o atual diretor-general da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues. No caso do Ministério da Justiça, está cotado o senador e ex-presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Após passar por uma série de críticas, Lula deve adotar a segurança pública como nova bandeira em sua campanha eleitoral.

Para além de Lewandowski, o ministro da Fazenda, Fernan-



Lewandowski deve ser o primeiro de 20 ministros que deixarão o governo

do Haddad (PT), também comunicou que pretende deixar o comando do ministério ainda em fevereiro. A saída antecipada visa colaborar com a campanha à reeleição de Lula, o que seria incompatível com a função de ministro. Dentre os nomes cotados para assumir a Fazenda está o secretário-executivo da pasta, Dário Durigan.

Dança das cadeiras

Além disso, até abril deste ano, ao menos 20 outros ministros

devem deixar o poder Executivo para concorrerem a outros cargos políticos. Dentre os nomes estão: o ministro da Indústria e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB); as ministras de Relações Institucionais, Meio Ambiente e Planejamento, Gleisi Hoffmann (PT), Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (MDB); o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD); de Esportes, André Fufuca (PP); da Casa Civil, Rui Costa (PT); e da Previdência Social, Wolney Queiroz (PDT).

Ao Correio da Manhã o cientista político Isaac Jordão comentou que, como o Brasil “tem um presidencialismo de coalizão e vários nomes do Poder Legislativo são trazidos para cargos em ministérios, é normal que no último ano do governo todos eles saiam”.

O analista político ainda explicou que, com essas saídas, “as leis que tratam de eleições vedam a execução de diversos pagamentos que são regulares do serviço da administração

pública”. Isso porque não podem existir pagamentos que possam gerar desequilíbrio entre candidatos. “Então, durante esse período, o governo não pode entregar nada, só pode mandar aquilo que é obrigatório constitucionalmente e parcelas de pagamentos já contratados. Na prática, não tem política pública a ser feita e entregue durante esse período”, completou Jordão.

Questionado pela reportagem, o cientista político avaliou que essa “dança das cadeiras” não enfraquece o governo, visto que também há uma paralisação do Poder Legislativo em ano eleitoral.

Vetos

Contudo, Jordão alertou que, ainda que isso não enfraqueça o poder Executivo, o governo talvez precise tomar cuidado em uma sessão conjunta no Congresso Nacional para analisar os vetos presidenciais acerca do projeto reduz a desimetria dos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

“Pode ser que o governo seja obrigado a descer para negociar mais forte e com pouca ferramenta na mão, mas de um modo geral eu não vejo capacidade de enfraquecer o governo”, destacou.

TCU e BC em embate no caso Master

Marcello Casal/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

O Banco Central (BC) apresentou recurso ao Tribunal de Contas da União (TCU) para contestar a decisão individual do ministro Jhonatan de Jesus que autorizou a realização de uma inspeção em documentos da autoridade monetária.

A diligência está inserida no processo que apura os procedimentos adotados pelo BC na liquidação extrajudicial do Banco Master e abriu um embate institucional sobre os limites da atuação do TCU, a autonomia do Banco Central e o risco de interferência externa em decisões técnicas do sistema financeiro.

Decisão isolada

O recurso apresentado pelo Banco Central tem a natureza de embargos de declaração e questiona o rito adotado no Tribunal de Contas. Segundo a autarquia, o regimento interno do TCU prevê que decisões que autorizam

inspeções devem ser tomadas de forma colegiada, no âmbito das Câmaras do tribunal, e não de maneira monocrática por um ministro.

No entendimento do BC, caberia à Primeira Câmara deliberar sobre a diligência, o que não teria ficado explícito na decisão do relator. Apesar disso, o despacho de Jhonatan de Jesus apontou supostas falhas na documentação encaminhada pelo Banco Central no processo que trata da liquidação do Master.

O presidente do TCU, Vital do Rêgo, formalizou a autorização para a inspeção na segunda-feira (5), atendendo ao pedido do relator Jhonatan de Jesus, responsável pelo processo que analisa a liquidação extrajudicial do Banco Master, o que intensificou o debate interno e externo sobre as competências do tribunal no caso.

Limites legais

Para o advogado e analista político Melillo Dinis, a contro-

vérsia vai além do caso concreto e expõe uma leitura ampliada das atribuições do Tribunal de Contas. Segundo ele, a Constituição impõe limites claros à atuação do TCU sobre o Banco Central.

“No campo jurídico, o TCU tem bem definido a sua competência. E esta definição não permite uma ‘criação’ a partir do momento e da composição do Plenário. Assim, no meu entendimento, e respeitando as divergências, a competência do TCU em relação ao Banco Central é limitadíssima, apenas para os aspectos de legalidade e de finalidade dos atos. No caso concreto do Banco Master, penso que qualquer análise do mérito dos atos do BC extrapola (e muito) a competência constitucional do TCU”, afirma Melillo Dinis.

“Há mais batom que cueca disponível neste caso do Banco Master, na minha opinião. O problema é que lambuza tanta gente que a pressão está enorme”.



Caso Master virou palco de disputa entre o BC e o TCU